

## Declarante 1 - Titular

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula empresa: \_\_\_\_\_ Matrícula Libertas: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone residencial: \_\_\_\_\_ Telefone celular: \_\_\_\_\_ Telefone profissional: \_\_\_\_\_

## Declarante 2 - Companheiro(a)

Nome: \_\_\_\_\_ Matrícula empresa: \_\_\_\_\_ Matrícula Libertas: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone residencial: \_\_\_\_\_ Telefone celular: \_\_\_\_\_ Telefone profissional: \_\_\_\_\_

**Declaramos**, sob as penas da lei, que convivemos em união estável, de natureza familiar, pública e duradoura, nos termos dos artigos 1.723 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

**Declaramos**, ainda, que estamos cientes das penas previstas nos artigos 171 e 299 do Código Penal Brasileiro, caso seja comprovada a falsidade desta declaração (hipótese em que nos comprometemos a ressarcir a Fundação Libertas por todas as despesas efetuadas, em razão da presente declaração, acrescidas dos consectários legais, nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil Brasileiro).

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura declarante 1: \_\_\_\_\_ Assinatura declarante 2: \_\_\_\_\_

## Testemunha 1

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## Testemunha 2

Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_

Complemento: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**1)** Anexar cópia dos documentos de identidade e CPF de ambos os declarantes e testemunhas.

**2) O reconhecimento da união estável está condicionado à comprovação da sua existência, mediante à apresentação da presente declaração, acompanhada de pelo menos três dos seguintes documentos:** a) escritura pública declaratória de união estável, feita perante tabelião; b) cópia do imposto de renda acompanhada de recibo de entrega à Receita Federal do Brasil, em que conste o companheiro como dependente; c) disposições testamentárias em favor do(a) companheiro(a); d) certidão de nascimento de filho em comum, ou adotado em comum; e) certidão/declaração de casamento religioso; f) comprovação de residência em comum; g) comprovação de financiamento de imóvel em conjunto; h) comprovação de conta bancária conjunta; i) apólice de seguro em que conste o(a) companheiro(a) como beneficiário(a); j) procuração ou fiança reciprocamente outorgada; k) encargos domésticos evidentes; l) registro de associação de qualquer natureza em que conste o (a) companheiro(a) como dependente; m) ficha de tratamento em instituição médica, da qual conste o beneficiário titular como responsável; n) qualquer outro elemento que, a critério da Administração, se revele hábil para firmar convicção quanto à existência de união de fato e sua estabilidade.

**3)** Será dispensada a apresentação dos documentos comprobatórios elencados no item 2, caso instrua a inscrição da(o) companheira(o) com sentença judicial sobre a convivência de união estável.

**TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS**

Como beneficiário do plano assistencial, autorizo expressamente que a Fundação Libertas de Seguridade Social, aqui denominada como CONTROLADORA, em razão da adesão ao plano assistencial ora formalizada, disponha dos meus dados pessoais e, eventualmente dados pessoais sensíveis, desde que necessários, bem como de meus dependentes porventura inscritos, de acordo com os artigos 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018, podendo tal consentimento ser revogado a qualquer tempo, por e-mail ou por carta escrita, conforme o artigo 8º, § 5º, da Lei nº 13.709/2020.

A Controladora fica autorizada a compartilhar os dados pessoais com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades específicas constantes deste instrumento, desde que, sejam respeitados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

Autorizo ainda, especificamente, na qualidade de pai/mãe ou responsável legal, o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes eventualmente inscritos como beneficiários no plano assistencial.